



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DE
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

Prorrogação do período para a realização das Inscrições e Outras
alterações

O Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais **TORNA PÚBLICO** o Primeiro Termo de Retificação do Edital de Abertura nº 001/2025, conforme segue:

Art. 1º Ficam RETIFICADOS os ANEXOS I, II e III do Edital de Abertura nº 001/2025, de modo que, para o cargo 475, onde se lê "Odontólogo - Saúde Pública", leia-se "ODONTÓLOGO – SAÚDE COLETIVA".

Art. 2º Fica RETIFICADO o ANEXO II do Edital de Abertura nº 001/2025, alterando-se os requisitos para os cargos: 411 - FISCAL SANITARISTA; 475 - ODONTÓLOGO – SAÚDE COLETIVA e 476 - PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

De:

Código	Nível	Cargo/Especialidade	Requisitos
411	SUPERIOR	FISCAL SANITARISTA	Conclusão de Curso Superior na área da saúde, conforme a Resolução 287/1998 do Conselho Nacional da Saúde, OU conclusão nos seguintes cursos superiores, por conta do exercício da função regulatória e fiscalizatória, na inspeção de produtos e serviços: Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia Biomédica, Química, Tecnologia em Química, Tecnologia de Alimentos, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Saúde Coletiva e Registro no respectivo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, quando houver.
475	SUPERIOR	ODONTÓLOGO – SAÚDE PÚBLICA	Conclusão de Curso Superior em Odontologia e Especialização em Saúde Pública ou Saúde Coletiva registrados pelo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.
476	SUPERIOR	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Conclusão de Curso Superior em Educação Física e Registro no Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.

Para:

Código	Nível	Cargo/Especialidade	Requisitos
411	SUPERIOR	FISCAL SANITARISTA	Conclusão de Curso Superior na área da saúde, conforme a Resolução 287/1998 do Conselho Nacional da Saúde, OU conclusão nos seguintes cursos superiores, reconhecidos pelo MEC, por conta do exercício da função regulatória e fiscalizatória, na inspeção de produtos e serviços: Agronomia; Engenharia de Alimentos; Química Industrial de Alimentos; Tecnologia de Alimentos; Direito; Engenharia Sanitária; Engenharia Sanitária e Ambiental; Engenharia Biomédica; Engenharia Química; Química; Tecnologia em Química; Biotecnologia; Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia; Engenharia Bioquímica; Curso Superior de Tecnologia em Biotecnologia; Ciência e Tecnologia de Alimentos; Ciência de Materiais; Engenharia de Materiais; Arquitetura e Urbanismo; Engenharia Civil; e Saúde Coletiva, e Registro no respectivo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional, quando houver.
475	SUPERIOR	ODONTÓLOGO – SAÚDE COLETIVA	Conclusão de Curso Superior em Odontologia e Especialização em Saúde Coletiva registrados pelo Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.
476	SUPERIOR	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Conclusão de Curso Superior em Educação Física Bacharelado e/ou Licenciatura/Bacharelado, conforme previsto na Resolução CONFEF nº 391/2020 e Registro no Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional.

Art. 3º Fica **RETIFICADO** o **ANEXO III** do referido edital, com a alteração dos Conteúdos Programáticos, passando a constar

a seguinte redação:

NÍVEL MÉDIO

CONHECIMENTOS COMUNS

Informática: 1. Conceitos e fundamentos básicos. 2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus). 3. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU)). 4. Periféricos de computadores. 5. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 10 e 11. Utilização de ferramentas de edição de texto, planilhas eletrônicas e apresentações nos pacotes LibreOffice (Writer, Calc e Impress – versões 6 e 7) e WPS Office, com foco na criação, edição, formatação e manipulação de documentos, planilhas e slides. 7. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 6 e 7. 8. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. 9. Navegadores de internet: ~~Internet Explorer~~ Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome. 10. Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores. 11. Uso das ferramentas do Google: Gmail, Google Agenda, Google Meet, Google Drive, Google Documentos, Planilhas e Apresentações e Google Formulários.

Legislação: 1. Lei Estadual Complementar nº 323, de 02 de março de 2006. 2. Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985. 3. Lei Complementar nº 491/2010. 4. Lei Complementar nº 741/2019. 5. Lei Federal nº 12.527/2011. 6. Lei Federal nº 13.709/2018. 7. Lei Federal nº 8.080/1990. 8. Lei Federal nº 8.429/1992. ~~9. Lei 9.~~ Lei Federal nº 8.142/1990. 10. Artigos 1º a 16; 37 a 41 e 196 a 200 da Constituição Federal. 11. Artigos 312 ao 327 do Código Penal Brasileiro. 12. Código de Conduta da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina - Portaria nº 291/SES/COGER, de 19 de fevereiro de 2025, publicado no DOE em 20/2/2025, Edição 22457, Matéria nº 1059593.

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOS COMUNS

Informática: 1. Conceitos e fundamentos básicos. 2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus). 3. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU)). 4. Periféricos de computadores. 5. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 10 e 11. 6. Utilização de ferramentas de edição de texto, planilhas eletrônicas e apresentações nos pacotes LibreOffice (Writer, Calc e Impress – versões 6 e 7) e WPS Office, com foco na criação, edição, formatação e manipulação de documentos, planilhas e slides. 7. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 6 e 7. 8. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. 9. Navegadores de internet: ~~Internet Explorer~~ Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome. 10. Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores. 11. Uso das ferramentas do Google: Gmail, Google Agenda, Google Meet, Google Drive, Google Documentos, Planilhas e Apresentações e Google Formulários.

Legislação: 1. Lei Estadual Complementar nº 323, de 02 de março de 2006. 2. Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985. 3. Lei Complementar nº 491/2010. 4. Lei Complementar nº 741/2019. 5. Lei Federal nº 12.527/2011. 6. Lei Federal nº 13.709/2018. 7. Lei Federal nº 8.080/1990. 8. ~~Lei Federal nº 8.429/1992~~ Lei Federal nº 14.230/2021. ~~9. Lei 9.~~ Lei Federal nº 8.142/1990. 10. Artigos 1º a 16; 37 a 41 e 196 a 200 da Constituição Federal. 11. Artigos 312 ao 327 do Código Penal Brasileiro. 12. Código de Conduta da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina - Portaria nº 291/SES/COGER, de 19 de fevereiro de 2025, publicado no DOE em 20/2/2025, Edição 22457, Matéria nº 1059593.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 410: FARMACÊUTICO

Conhecimentos específicos: 1. Princípios de BPL. Rastreabilidade, reprodutibilidade e documentação. Validação de métodos analíticos. Calibração de equipamentos. Controle de qualidade interno e externo. Gerenciamento de resíduos laboratoriais. Biossegurança em laboratórios de saúde pública e análises clínicas. 2. Amostragem, coleta, transporte e conservação de amostras biológicas, ambientais e alimentares. Análises físico-químicas (titulometria, espectrofotometria, cromatografia líquida e gasosa, condutividade, pH e umidade). Ensaios microbiológicos: preparo e uso de meios de cultura, técnicas de semeadura, esterilidade, contagem microbiana, identificação de microrganismos e endotoxinas. Hematologia, bioquímica clínica, urinalise, parasitologia e sorologia. Interpretação de resultados laboratoriais aplicados à vigilância e diagnóstico em saúde pública. 3. Controle de qualidade físico-químico, microbiológico e toxicológico de medicamentos, alimentos, cosméticos, saneantes, produtos para saúde e insumos farmacêuticos. Parâmetros de potabilidade da água para consumo humano (coliformes, turbidez, metais pesados, agrotóxicos e desinfetantes). Avaliação de contaminantes e resíduos em alimentos e medicamentos. Toxicologia aplicada à saúde pública e toxicovigilância. 4. Fundamentos das normas ISO 17025 e ISO 15189. Sistema de gestão da qualidade laboratorial. Procedimentos Operacionais Padrão (POP). Garantia da qualidade em análises e ensaios. Auditorias, inspeções técnicas e indicadores de desempenho laboratorial. 5. Mecanismos de ação dos fármacos, farmacocinética, interações medicamentosas e reações adversas. Princípios de farmacogenética. Farmacoterapia das doenças prevalentes no SUS. 6. Diretrizes da Portaria MS nº 3.916/1998 e da Resolução CNS nº 338/2004. Componentes da Assistência Farmacêutica (Básico, Estratégico e Especializado). RENAME e seleção de medicamentos essenciais. Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs). Atuação da CONITEC na incorporação de tecnologias em saúde. 7. Planejamento, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos. Farmacoeconomia, farmacoepidemiologia e farmacovigilância. Indicadores de qualidade e segurança do paciente. 8. RDC nº 658/2022 (Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos), RDC nº 44/2009 e suas alterações (Boas Práticas Farmacêuticas), além das normas complementares da ANVISA. Boas Práticas de Armazenamento e Dispensação. Controle de qualidade de matérias-primas e produtos acabados. Validação de processos e limpeza. Rastreabilidade de lotes e recall de produtos. 9. Leis nº 5.991/1973, nº 6.360/1976, nº 8.080/1990, nº 8.142/1990, nº 9.782/1999 e nº 6.437/1977 e

suas atualizações. Portaria SVS/MS nº 344/1998 e suas atualizações/Anexos da ANVISA (substâncias sujeitas a controle especial). Código de Ética Farmacêutica (Resolução CFF nº 596/2014). 10. Estrutura e atribuições do Sistema Nacional e Estadual de Vigilância Sanitária. Inspeção sanitária em estabelecimentos de saúde, farmácias, laboratórios, drogarias, hospitais e indústrias de produtos sujeitos à regulação. Processo administrativo sanitário e relatórios técnicos. Integração com as vigilâncias epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. 11. Organização dos serviços farmacêuticos hospitalares. Dispensação, fracionamento e rastreabilidade. Cuidado farmacêutico e acompanhamento terapêutico. Protocolos de segurança do paciente (Portaria MS nº 529/2013 e RDC nº 36/2013). 12. Pesquisa clínica e pré-clínica. Estudos de estabilidade, biodisponibilidade e bioequivalência. Ética em pesquisa com seres humanos e animais (Resolução CNS nº 466/2012). 13. Supervisão técnica, elaboração e controle de POPs, auditorias internas e relatórios de não conformidade. Ética e responsabilidade profissional no exercício da função pública.

CARGO 411: FISCAL SANITARISTA

Conhecimentos específicos: 1. Fundamentos da Vigilância Sanitária: Conceito, áreas de abrangência, funções, gestão e funcionamento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS); Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde); Lei Federal nº 9.782/1999 (Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências); Lei Estadual nº 6.320/1983 (Código Sanitário do Estado de Santa Catarina). 2. Procedimentos de Fiscalização Sanitária: Decretos Estaduais nº 23.663/84, nº 24.622/84, nº 24.980/85, nº 24.981/85, nº 24.982/85, nº 24.983/85, nº 26.610/85, nº 28.958/86, nº 30.436/86, nº 30.570/86, nº 31.455/87, nº 3.041/89 e nº 3.150/98, que regulamentam artigos da Lei nº 6.320/1983. 3. Processo administrativo sanitário: auto de infração sanitária, auto de intimação, auto de imposição de penalidade, prazos, defesa, manifestação do autuante, penalidades, julgamento, recursos, decisão final, encerramento, prescrição e interrupção e improcedências; Medidas cautelares: Interdição cautelar de produtos, estabelecimentos e serviços; Elaboração de relatório de inspeção sanitária, pareceres técnicos, manifestações e contrarrazões; Ética, imparcialidade, sigilo técnico e conduta profissional no exercício da fiscalização. 4. Principais Resoluções de Diretoria Colegiada da Anvisa que implicam nas Ações de Vigilância Sanitária: RDC nº 50/2002 — Regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde; RDC nº 275/2002 — Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e Boas Práticas de Fabricação; RDC nº 216/2004 — Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação; RDC nº 67/2007 — Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias; RDC nº 96/2008 — Propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos; RDC nº 44/2009 — Boas Práticas Farmacêuticas em farmácias e drogarias. RDC nº 07/2010 — Requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva; RDC nº 29/2011 — Requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas; RDC nº 51/2011 — Requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS); RDC nº 63/2011 — Requisitos de Boas Práticas para Funcionamento de Serviços de Saúde; RDC nº 15/2012 — Requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde; RDC nº 36/2013 — Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde; RDC nº 47/2013 — Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes; RDC nº 48/2013 — Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes. RDC nº 11/2014 — Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise; RDC nº 222/2018 — Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde; RDC nº 430/2020 — Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos; RDC nº 497/2021 — Procedimentos administrativos para concessão de Certificação de Boas Práticas de Fabricação e de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem; RDC nº 502/2021 — Funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial; RDC nº 611/2022 — Requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista; RDC nº 625/2022 — Recolhimento de Medicamentos; RDC nº 655/2022 — Recolhimento de Alimentos; RDC nº 658/2022 — Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos; RDC nº 665/2022 — Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro; RDC nº 920/2024 — Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal; RDC nº 978/2025 — Funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC). 5. Vigilância, Riscos e Emergências em Saúde Pública: Procedimentos de vigilância pós-comercialização e recolhimento de produtos inseguros; Sistemas de alerta sanitário e notificação de eventos adversos (Notivisa, VigiMed); Controle de surtos e emergências sanitárias: articulação entre vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador. 6. Legislação Complementar e Documentos Técnicos: Normas complementares de gestão da qualidade: ISO 9001 e ISO 17025 (noções aplicadas à inspeção e calibração); Segurança do paciente. Princípios e diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente instituído pela Portaria MS nº 529/2013. Cultura de segurança e responsabilidades do profissional de saúde conforme RDC ANVISA nº 36/2013.

CARGO 412: FISIOTERAPEUTA

Conhecimentos específicos: 1. Fundamentos da Fisioterapia: princípios, objetivos, áreas de atuação, modelos de atenção à saúde e inserção da fisioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). 2. Avaliação fisioterapêutica: anamnese, exame físico, avaliação funcional, testes específicos, provas de função muscular, análise postural, cinesiologia e biomecânica. 3. Métodos e técnicas de tratamento fisioterapêutico: planejamento e execução de programas de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde em níveis individual e coletivo. 4. Cinesioterapia motora e respiratória: técnicas de alongamento, fortalecimento, mobilização articular, reeducação postural e ventilatória; princípios de treino de marcha, locomoção e deambulação. 5. Eletrotermofototerapia: indicações, contraindicações, técnicas e efeitos fisiológicos da eletroterapia, termoterapia superficial e profunda, fototerapia e crioterapia. 6. Mecanoterapia, hidroterapia e massoterapia: princípios, técnicas de aplicação, recursos e efeitos terapêuticos. 7. Prescrição, adaptação e treinamento de órteses, próteses e tecnologias assistivas. 8. Fisioterapia aplicada às disfunções neurológicas, ortopédicas, respiratórias, cardiorrespiratórias, musculoesqueléticas e reumatológicas. 9. Atenção fisioterapêutica nas redes de atenção à saúde: atenção básica, hospitalar, reabilitação física (RCPD), atenção psicossocial (RAPS), Rede Allyn e atenção domiciliar; articulação multiprofissional e integralidade do cuidado. 10. Fisioterapia na atenção à pessoa com deficiência, ao idoso, ao trabalhador e ao paciente com doenças crônicas e limitações funcionais. 11. Humanização da assistência fisioterapêutica e práticas

baseadas em evidências. 12. Educação em saúde, comunicação e empoderamento do usuário no processo terapêutico. 13. Ética, bioética e legislação profissional do fisioterapeuta: Lei nº 6.316/1975, resoluções do COFFITO e Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. 14. Segurança do paciente. Princípios e diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente instituído pela Portaria MS nº 529/2013. Protocolos básicos de segurança assistencial que abrangem identificação do paciente, higiene das mãos, uso seguro de medicamentos, cirurgia segura, prevenção de quedas e de úlceras por pressão. Cultura de segurança e responsabilidades do profissional de saúde conforme RDC ANVISA nº 36/2013. 15. Lei Federal nº 8.080/1990. 16. RESOLUÇÃO COFFITO nº 444/2014 - PARÂMETROS DE ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA HOSPITALAR. 17. Avaliação fisioterapêutica do paciente com instabilidade clínica. Identificação de disfunções respiratórias, motoras e cardiorrespiratórias. Escalas e instrumentos de avaliação funcional (MRC, FSS-ICU, PFIT-s, Barthel, etc.). 18. Fisiopatologia das doenças respiratórias agudas e crônicas. Técnicas de higiene brônquica, expansão pulmonar e reexpansão alveolar. Oxigenoterapia, ventilação não invasiva (VNI) e cuidados com traqueostomizados. Desmame ventilatório e interpretação de gasometria arterial. Manuseio de vias aéreas artificiais e aspiração de vias aéreas. 19. Prevenção e tratamento de imobilismo, fraqueza muscular adquirida no hospital e disfunções osteoarticulares. Mobilização precoce, treino de transferência, equilíbrio e deambulação assistida. Recursos terapêuticos para reabilitação funcional intra-hospitalar e no processo de alta.

CARGO 473: NUTRICIONISTA

Conhecimentos específicos: 1.Fundamentos legais e políticas públicas de saúde: Lei nº 8.080/1990 (SUS), Lei nº 8.142/1990, Lei nº 9.782/1999 (ANVISA), Decreto nº 7.508/2011 (Regulamentação da Lei nº 8.080/1990) e Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Decreto nº 7.272/2010). Lei Estadual nº 6.320/1983 e Decretos Estaduais nº 23.664/1984, nº 24.622/1984 e nº 31.455/1987 (Código Sanitário do Estado de Santa Catarina). 2. Normas do exercício profissional do nutricionista: Lei nº 6.583/1978, Decreto nº 84.444/1980 e Resoluções CFN nº 788, 789 e 790/2024. 3. Fundamentos da nutrição hospitalar. Organização e estrutura do serviço de nutrição e dietética em instituições de saúde. Planejamento, prescrição, implementação e monitoramento da terapia nutricional enteral e parenteral. Avaliação e triagem nutricional hospitalar. Intervenções nutricionais em pacientes clínicos e cirúrgicos. Gestão de equipes e recursos materiais. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Organização da atenção nutricional na rede de atenção à saúde. Estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição. Segurança alimentar e nutricional no âmbito das políticas públicas. 4. Vigilância alimentar e nutricional: conceito, finalidades e funcionamento do SISVAN. Indicadores de estado nutricional e seu uso no planejamento das ações de saúde. Atenção nutricional a grupos populacionais prioritários, como crianças, gestantes, idosos e portadores de doenças crônicas. 5. Programas e ações do SUS relacionados à alimentação e nutrição: Programa Nacional de Suplementação de Ferro, Programa de Suplementação de Vitamina A, Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável (ENPACS), Programa Saúde na Escola (PSE), Programa Bolsa Família, entre outros. Princípios de tecnologia e processamento de alimentos. Processos e métodos de conservação, armazenamento e transporte de alimentos. Controle de qualidade em todas as etapas da cadeia produtiva. Monitoramento de temperatura, prazos de validade e condições higiênico-sanitárias. Legislação e normas sobre rotulagem nutricional, rastreabilidade e segurança alimentar. Identificação e controle de perigos físicos, químicos e biológicos nos alimentos. Boas práticas de fabricação e manipulação (BPF e POP). Fundamentos de microbiologia e físico-química de alimentos. Técnicas laboratoriais básicas aplicadas à análise de alimentos para avaliação da qualidade, estabilidade e inocuidade. Aplicação dos princípios de controle de qualidade segundo as normas da ANVISA, do MAPA.

Art. 4º Fica **PRORROGADA** a data do encerramento das inscrições **até as 15h00min do dia 20/11/2025**, observado o horário de Brasília.

I – O Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE referente à taxa de inscrição **deverá ser pago até o dia 20/11/2025**, na data de seu vencimento.

Art. 5º Fica **RETIFICADO** o **ANEXO IV** referido Edital, com a atualização das datas do cronograma previsto para os eventos:

DA SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO	
Período para solicitação de inscrição	Das 10h de 15/10 às 15h de 20/11/2025
Período para emissão da segunda via do DARE	Até 17h de 20/11/2025
Período para pagamento da taxa de inscrição	20/11/2025 Observado o horário de compensação bancária
Período para postagem de laudo médico	Até 23h59 de 20/11/2025
Divulgação do deferimento preliminar das inscrições	26/11/2025
Período para recurso contra o indeferimento da inscrição	Da 00h de 27/11 às 23h59 de 28/11/2025
Divulgação do deferimento da inscrição pós-recurso	04/12/2025

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis/SC, 13 de novembro de 2025.

Jorginho Mello

Diogo Demarchi Silva

Governador do Estado de Santa Catarina

Secretário de Estado da Saúde de Santa Catarina